

# LEITURA EM SALA DE AULA: UMA PRÁTICA NECESSÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM E DAS PRÁTICAS SOCIAIS

Maria da Conceição Pires - Bolsista do PIBID/Pedagogia (UFPI)

Juliana Suelen Alves dos Santos-Bolsista do PIBID/ Pedagogia (UFPI)

Juscelino Francisco do Nascimento - Graduado em Letras (UFPI)

**Resumo:** Os estudos que tratam acerca das questões relativas à formação de leitores têm apontado para a necessidade de os alunos vivenciarem experiências ligadas ao exercício da leitura no período da sua escolaridade básica, ou seja, é cada vez mais evidente a necessidade de fazer dessa prática uma atividade cotidiana na escola e nos demais espaços. Mediante isso, objetivamos, neste trabalho, apresentar resultados de uma pesquisa bibliográfica a respeito de como, efetivamente, o professor pode contribuir com o desenvolvimento de alunos leitores a partir das atividades realizadas na escola e os impactos dessa aprendizagem para o desenvolvimento de práticas sociais. Esse estudo foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica a partir de teóricos como Solé (1998), Geraldi (2006), Cagliari (1996), dentre outros que discutem a respeito da importância da leitura como prática social para a formação de leitores. Os resultados alcançados com a pesquisa em questão apontam que a leitura, quando incentivada na sala de aula, desempenha funções e objetivos que propiciam as condições, meio indispensáveis para qualquer aluno, independente do nível de escolaridade, mas, principalmente, nas séries iniciais e dessa possam adquirir o hábito de ler, para que assim possam conduzir, de forma efetiva e crítica, seu processo de aprendizagem.

**Palavras-chaves:** *Leitura, Práticas pedagógicas, Práticas sociais.*

## 1 INTRODUÇÃO

Muito se tem falado a respeito dos problemas envolvendo a leitura no contexto brasileiro, muito embora ainda não se tenha encontrado solução para o problema. Essa realidade foi percebida no contexto de atuação das alunas bolsistas do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Piauí (UFPI) inseridas no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), assim como de outros profissionais da educação.

O PIBID do curso de Pedagogia da UFPI desenvolveu suas atividades durante o ano de 2011 em uma escola pública estadual, mais especificamente em uma turma de 3º ano do Ensino Fundamental. Nessa ocasião, foi possível perceber a grande dificuldade dos alunos em desenvolverem habilidades de leitura, mesmo diante do empenho da professora da turma e dos bolsistas do PIBID que, cotidianamente, se mobilizavam no sentido de desenvolver metodologias de ensino capaz de ajudar os alunos em sua aprendizagem.

Frente a essa problemática e na tentativa de compreender para, posteriormente, intervir, buscamos auxílio na literatura relativa à questão para que, assim, tivesse subsídio para uma proposta de intervenção.

O tema em pauta possui uma vasta literatura disponível e aborda diversos aspectos envolvendo o processo de desenvolvimento das práticas sociais da leitura, no entanto, não exclui novas buscas. Nesse trabalho, como é comum no mundo da pesquisa, procuramos delimitar os pontos que julgamos de maior relevância dentro da temática leitura e que talvez contribuam com a realidade apresentada.

O trabalho é resultado da realidade observada e das experiências vivenciadas em uma turma de 3º ano do Ensino Fundamental, numa Escola Estadual na cidade de Teresina. Na referida turma, o grupo de alunas bolsistas do curso de Pedagogia da UFPI desenvolveram atividades educacionais junto a esses alunos, duas vezes por semana, com o intuito de contribuir com o processo de aprendizagem das crianças acompanhadas. As atividades concentram-se em duas áreas: o ensino da matemática e de língua portuguesa.

Durante esse espaço de convivência, eram visíveis o desestímulo e a falta de encantamento desses alunos em relação à leitura. Podíamos perceber essa realidade quando da execução das atividades propostas.

Partindo dessa realidade, questionamos: o que os professores podem fazer para contornar esse fato e despertar nos alunos o gosto e, acima de tudo, a prática social da leitura?

Nesse artigo, temos o objetivo de analisar pressupostos teóricos que fundamentam as concepções acerca da leitura enquanto prática social, que garante ao homem sua inserção no mundo sócio-histórico e cultural. Dessa forma, pretendemos apresentar reflexões que contribuam com a prática educativa de professores que almejam construir em seus alunos o prazer pelo ato de ler.

O trabalho de pesquisa envolvendo a temática da leitura, embora motivado por uma realidade vivenciada em sala de aula, teve sua realização com base em estudo bibliográfico, a partir de teóricos que discutem sobre a temática.

## **2 A LEITURA COMO PRÁTICA SOCIAL: CONCEPÇÕES TEÓRICAS EM DISCUSSÃO**

A temática sobre leitura já vem, há algum tempo, sendo discutida por vários estudiosos no assunto. Ainda assim, é de suma importância que surjam novas pesquisas nesse campo, uma vez que as discussões envolvendo a área têm, cada vez mais, englobado variados aspectos da vida humana, a citar: o histórico, social, filosófico ou mesmo a junção destes; contudo, progressivamente, o conhecimento evolui, se renova, o que torna necessárias sempre novas pesquisas, debates, novos pontos de vista.

Partindo desse pressuposto, não é de se estranhar que nos deparemos com uma gama de conceituações acerca do assunto. Isso colabora muito com aqueles que pretendem aprofundar seus conhecimentos. É muito comum se ter dificuldade de compreensão diante de abordagens feitas por um determinado teórico, entretanto, se consegue ter clareza na abordagem realizada por outro, mesmo tratando do mesmo objeto, no caso, aqui, a leitura.

A propósito, diante de um assunto tão complexo como a leitura, não é possível ignorar os diversos conceitos apresentados por diversos autores. Cagliari (1996, p. 155) define leitura como uma “manifestação linguística que uma pessoa realiza para recuperar um pensamento formulado por outra e colocando em forma de escrita”.

Além do autor acima citado, Geraldi (2006, p. 91), no texto *Prática de leitura na escola*, também define a leitura enquanto processo de interação: “A leitura é um processo de interação entre leitor autor mediado pelo texto. Encontro com o autor, ausente, que se dá pela palavra escrita. Como o leitor, nesse processo, não é passivo, mas agente que busca significação”.

Podemos, aqui, analisar, com base nas considerações realizadas pelos dois autores, que, de certa forma, as ideias apresentadas por ambos convergem entre si. Eles compartilham do mesmo ponto de vista, o de que a leitura é um processo de interação mútua, que se realiza entre o leitor e o texto. Os dois juntos interagem entre si de forma que o primeiro, abstraindo informações trazidas pelo segundo, tanto pode ratificar suas impressões como também pode refutá-las.

Solé (1998, p. 22) também apresenta um conceito para leitura quando explica que é um “processo de interação entre o leitor e o texto; neste processo tenta-se satisfazer [obter uma informação pertinente para] os objetivos que guiam sua leitura”.

Porém, é interessante estarmos atentos ao tipo de leitor que a autora menciona no seu texto que, nem de longe, é aquele que simplesmente se limita a decodificar

informação; pelo contrário, o leitor aqui descrito é aquele leitor capaz de interagir de forma efetiva, aquele que traz sua experiência, vivência do mundo para dentro do texto. Nesse tipo de leitura, pode-se dizer que há, de fato, interação; o que faz desse ato um ato crítico e reflexivo. É esse tipo de leitura que de fato é capaz de libertar o homem das amarras dos preconceitos, das desigualdades sociais ainda tão presentes na maioria das sociedades.

Para tanto, se faz mister que a escola, os professores, a família e a sociedade como um todo tomem ciência da realidade circundante que envolve esse processo; caso contrário, um ato que tem como fim libertar, pode, cada vez mais, aprisionar, pois a leitura tanto pode ser um instrumento de libertação como também de opressão.

## **2.1 SITUAÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL SOBRE A QUAL AS PRÁTICA DE LEITURA SE DESENVOLVERAM**

Discorrer sobre o tema relativo à leitura requer um olhar, mesmo que superficial, sobre o contexto no qual ela surgiu tanto no âmbito mais amplo, o mundial, quanto em relação à realidade nacional. Muito embora não se tenha aqui a pretensão de fazer uma abordagem histórica sobre os problemas e avanços que o processo de aquisição da leitura enfrentou e ainda vem enfrentando ao longo dos tempos, é necessário se buscar elucidações a respeito do seu surgimento e fixação.

Segundo Zilberman (1998), na década de 70 foi detectada no panorama brasileiro e em outros países com realidade semelhante, uma grave crise no que tange à aquisição e à prática de leitura. Esse problema é resultado de uma série de fatores, dentre eles: a pouca quantidade de material disponível no mercado, a falta de política que valorizasse a educação nacional e a falta de bibliotecas estruturadas, além do surgimento dos instrumentos de comunicação de massa, que, desde o seu surgimento, já se mostrava mais atrativo e mais competitivo que o livro. Ora, se o rádio e a televisão não exigiam qualquer preparo educacional para o público dessa época e conseguem atingir um grande número de pessoas ao mesmo tempo, não é de se espantar que tenham tido tão grande êxito naquele meio.

Diante dessa realidade, mesmo que de forma tímida, o problema foi conseguindo atrair a atenção da sociedade, já que os países começavam a passar por constantes transformações e já não era mais possível conviver pacificamente com a realidade apresentada: o grande número de pessoas que não tinham acesso à leitura, sobretudo

porque a crescente urbanização exigia novas configurações, a industrialização que começava a exigir uma mão de obra com mais “qualificação”, como afirma Zilberman (1998, p. 15):

[...] o crescimento urbano motivado pela industrialização acelerada liberou um público amplo que, embora preferencialmente atraído pelos meios de comunicação de massa, veio a consistir também num contingente respeitável de consumidores de literatura. Este foi ainda beneficiário da reforma de ensino instituída no início da década de 70.

O modo pelo o qual o Brasil foi colonizado de certo modo explica o valor atribuído à educação, ou seja, não houve a princípio atenção voltada para essa área. Conforme assevera Zilberman, (1998, p. 38) “(...) um plano educacional para a população residente no Brasil não constou do trabalho da administração portuguesa durante o período colonial, sendo deixado ao encargo do grupo religioso que para cá se deslocaram”.

Olhando essa realidade apresentada, é possível compreender uma série de problemas que, mesmo depois da década de 30, na qual começaram a ser pensadas e implantadas políticas educacionais no Brasil, ainda persistem sérias mazelas nessa área. É bem verdade que alguns avanços aconteceram, mas não o suficiente para corrigir os problemas educacionais de forma a eliminar o analfabetismo, nem tampouco retificar os problemas no que tange à aquisição e à prática de leitura.

O ato de ler é uma das condições para que o sujeito tenha meios de agir dentro da sociedade da qual ele faz parte; e isso não é realidade só da atualidade, mas principalmente nos nossos dias. Se por volta já da década 50, 60 já era percebida a necessidade de tal habilidade e já havia reclames por parte de alguns intelectuais, hoje essa realidade se faz cada vez mais necessária.

A evolução da tecnologia impõe a cada cidadão cada vez mais autonomia para realização de ação. O mundo da informatização coloca o homem frente à máquina, que traz quase todas as informações necessárias à realização de tarefas simples como, por exemplo, retirar um extrato bancário, consultar um preço no supermercado e receber informações básicas, que hoje só são oferecidas por meio do correio eletrônico, o e-mail. Entretanto, como fazer isso se não tiver o domínio da leitura? É aí que percebemos que o indivíduo ter domínio dessa prática é cada vez mais necessário para agir com liberdade na sociedade.

Embora muitas pessoas retomem as salas de aulas, buscando o aprendizado principalmente da leitura devido à automatização das várias funções, o que não garante nem de longe autonomia plena do sujeito, ainda assim, não deixa de ser uma autonomia, na medida em que a realização de ações básicas deixa de ser entrave nas suas vidas. Isso se dá pelo fato já mencionado; funções que outrora eram exercidas pelo homem, hoje exige o seu “diálogo” com uma máquina, o que é inconcebível sem que ele tenha domínio do código escrito, além, claro, de um sujeito que possa agir de forma crítica na sociedade. Conforme sinaliza Zilberman (1988, p. 21), “[...] a mudança do indivíduo em leitor que, do ângulo individual oferece o requisito primeiro para a atuação política numa sociedade democrática [...]”.

Mas como já é sabido pela maioria da população, a leitura capaz de instrumentalizar o homem para a participação política numa sociedade é aquela que permite a elucidação de seus membros sobre a realidade circundante, que faz dele um sujeito ativo das condições que lhes afetam e afetam os demais membros dessa comunidade.

No entanto, é preciso que se pense esse ato não apenas como o mero ato de codificar e decodificar signos, letras ou números, e sim, a leitura crítica, reflexiva, aquela que coloca esse sujeito frente aos problemas e que, ao mesmo tempo, possibilita o enfretamento destes problemas, o que só é possível com sujeitos conscientes, que são construídos com livro e leitura; uma leitura crítica, que seja capaz de tirar o sujeito da condição de mero expectador e o coloque como protagonista da sua existência.

Enquanto forma de participação social, ela tanto pode ser considerada como um ato político quanto ideológico, o que de certo modo justifica a sua complexidade, visto que, dependendo da visão de mundo e dos interesses almejados por quem está à frente do poder público, estes tem lhe dado o valor e a direção que garantem atingir os seus anseios; no nosso caso, desde o Brasil colônia, não se teve interesse algum em relação ao desenvolvimento intelectual efetivo do povo, não houve direcionamento no sentido de ampliar o público leitor; pelo contrário, houve por parte da Metrópole Portuguesa, a proibição, meio pelo qual mantinha o povo brasileiro sob seu total controle.

O homem, desde seu surgimento, procurou desenvolver meios de fixar seus hábitos, costumes, formas de registrar e demarcar sua existência; para isso, desenvolveu artificios como a dança, a pintura, os gestos dentre outros variados rituais. Mas foi com o surgimento da escrita que houve um dos maiores saltos da evolução da humanidade,

tanto no plano da cultura como das ciências. Sem dúvidas, sem a criação da escrita, dificilmente tinha-se chegado aonde se chegou.

Não pode se perder de vista que concomitante ao surgimento da escrita e à propagação dela surge outro elemento sem o qual não teria razão de existir, a leitura; e é sobre ela que este trabalho propõe se aprofundar.

A leitura e a escrita, enquanto bens culturais conferem a quem delas dispõe uma posição de destaque nos espaços sociais, e assim, sinônimo de poder ou meio de aquisição de privilégios, como afirmam Zilberman e Silva (1988, p. 11):

O escriba foi, até a decadência da civilização micênica, no final de segundo milênio a.C., um indivíduo privilegiado, pois, ainda que proviesse das massas populares livres ou escravas, tinha acesso à vida palaciana, circulava entre a aristocracia e estava próximo à realeza.

Então, como pode ser visto, esse mecanismo conferiu aos seus detentores certos prestígios e, se naquela época houvesse a mobilidade de classes, talvez pudesse se afirmar que elas, escrita e leitura, eram meios de ascensão social e financeira, mas, como se sabe, fazer parte da nobreza naquele período era só através do nascimento, e isso ninguém conseguia mudar.

## **2.2 OS DIFERENTES TIPOS DE LEITURA**

Quando falamos ou lemos algo sobre leitura, logo vem à nossa cabeça uma gama de informações dispostas em páginas e mais páginas de livros, revistas, jornais ou qualquer outro suporte onde estejam dispostos um grande número de letras, palavras, frases, orações, parágrafos ou textos extensos. No entanto, esse modo de ver a leitura é um tanto reducionista, pois nos faz pensar que só existe um tipo de leitura, o que chega a ser um equívoco, pois ela também se dá de outras formas.

Cagliari, em “Alfabetização e linguística” (1996), faz referência a mais três tipos de leituras, que, quando se para um pouco para analisar, faz todo sentido. O autor diz que a leitura pode ser ouvida, vista ou falada. A falada é, sem dúvida, uma das primeiras possibilidades de leitura que o indivíduo tem oportunidade de ter contato. Ela, no geral, acontece com maior frequência nos primeiros anos de escola, mas, com o passar do tempo, vai desaparecendo da vida do aluno, à medida que ele avança nos estudos, e um

dos motivos disso acontecer é o preconceito, que, de certa forma, a própria escola se encarrega de propagar.

Cagliari (1996) explicita melhor as leituras vista e falada. Ele afirma que os três tipos de leituras são importantes, no entanto, no decorrer do próprio texto, é ele também que vai afirmar que a sociedade valoriza um tipo em detrimento de outro. “A leitura oral é feita não somente por quem lê, mas pode ser dirigida a outras pessoas, que também “lêem” o texto ouvindo-o. Desse modo os primeiros contatos das crianças com a leitura ocorrem desse modo. Os adultos lêem história para elas. Ouvir história é uma forma de ler” (CAGLIARI, 1996, p. 155).

Analisando por este aspecto, é perfeitamente possível se afirmar que ler através do ouvir é uma das primeiras possibilidades de se interagir com a escrita, o que vai diferenciar nesse ponto são os mecanismos que o indivíduo vai dispor, no caso, a audição, o que foneticamente é bem semelhante às demais atividades. “Ouvir uma história equivale à leitura com os olhos, a única diferença reside no canal pelo qual a leitura é conduzida ao cérebro” (CAGLIARI 1996, p. 156).

Entretanto, mesmo sendo a leitura ouvida o meio primeiro para se ler, a leitura silenciosa visual sempre assumiu posição privilegiada na sociedade, sendo considerada, por alguns, a verdadeira leitura.

Com o passar dos tempos, esse tipo de leitura tem ocupado cada vez mais espaço na sociedade, devido a diversos fatores: a competição pelo mercado, o tempo que parece cada vez menor e, portanto, se precisa utilizar cada momento disponível, o que faz com que a leitura seja praticada nos variados espaços, sem falar na própria evolução da sociedade.

A leitura falada, assim com a ouvida, não é bem vista como a leitura silenciosa visual e, mais uma vez, se pode afirmar que a escola e a sociedade têm influência direta na medida em que legitima uma em detrimento da outra. Dentre os motivos expostos para não reconhecer a equiparação de uma em relação à outra, há a impossibilidade de retomada, que pode ser feita com uma, mas não com a outra.

Em geral não lemos em voz alta fora da escola. E, quando algumas pessoas são solicitadas a ler, envergonham-se, dão desculpas dizendo que não sabem ler direito etc. Isso porque na escola a leitura oral falada é vista, em geral, com aos preconceitos linguísticos da

sociedade, como devendo ser a realização plena do dialeto padrão no nível mais formal (CAGLIARI, 1996, p. 155).

Com base nessa afirmação, podemos concluir que a língua em uma sociedade pode desenvolver um sentimento de libertação, como também oprimir os que dela fazem uso, para ser mais precisa aqueles que não dominam a estrutura padrão.

### **2.3 DOS VÁRIOS OBJETIVOS DESEMPENHADO PELA LEITURA**

A leitura, enquanto processo comunicativo desempenha funções nas quais o leitor se sente “convidado” a fazer uso dela, com o objetivo de suprir alguma necessidade, das mais diversificadas possíveis. Esse ato pode acontecer com frequência variável, dependendo de cada um e de seus anseios.

São variadas as funções desempenhadas pela leitura, entanto, nos limitaremos a discorrer sobre a leitura como instrumento de obtenção de informação precisa; a leitura para seguir instrução; leitura para aprender; e leitura com deleite, não que as outras sejam menos importantes, pelo contrário, todas são de essencial importância, porém, nesse momento, não será possível abordá-las, ficando, assim, um espaço para posteriores oportunidades.

Para se conseguir realizar determinadas ações, às vezes, faz-se necessário recorrer às leituras que nos instrumentalize para a concretude desse ato. Quando isso acontece, estamos diante de um tipo de leitura específica, a leitura para seguir instruções. Ela, mesmo não exigindo de quem lê alto grau de instrução, faz com que o sujeito perceba sua funcionalidade, o que é de grande valia, principalmente para aqueles que estão começando a descobrir o “mundo escrito”. Reconhecer o uso da leitura em ações realizadas no seu cotidiano é indispensável para querer descobrir mais e mais.

Solé (1998, p. 95), sobre esse tipo de leitura, afirma:

[...] uma vantagem inegável é que a tarefa de leitura é completamente significativa e funcional; a criança lê porque é preciso e, além disso, tem a necessidade de controlar sua própria compreensão. Não é suficiente ler, mas garantir a compreensão do que leu. Por esse motivo, a leitura de instruções, receitas, regras de funcionamento, etc., constituem um meio adequado para incentivar a compreensão e o controle da própria compreensão [...].

Outro dos diferentes objetivos que tem a leitura é a leitura para aprender, a qual é, sem dúvida, a mais cobrada nas salas de aula em diferentes níveis de ensino, da alfabetização à pós-graduação. Talvez pareça redundante essa nomenclatura, já que em leitura se aprende, embora, algumas vezes, esse objetivo não esteja explicitado. Para exemplificar essa afirmação, citamos Solé (1998), para quem essa modalidade de leitura, entendida como aquela que visa a aprender, pode ter sua consecução mais facilitada quando o leitor dispõe de alguns objetivos concretos de aprendizagem, isto é, que não saiba apenas que lê para, assim, aprender, mas que saiba, ainda, o que se espera que ele aprenda concretamente.

Encerra-se esse tópico mencionando mais um dos objetivos da leitura, aquele que provavelmente é o mais almejado pelos professores, a leitura por prazer. Esse tipo de leitura, infelizmente, parece mais difícil de ser encontrado entre seus usuários, devido à realidade histórica da implantação da educação brasileira e os percursos deficitários que ela tem se consolidado. Além desse fato mencionado, ainda temos que levar em consideração a subjetividade do termo prazer, visto que a realização de um ato pode ser prazerosa para alguém e, por outro lado, extremamente sofrida pra outro, pois cada um tem suas próprias impressões do mundo e das coisas.

Solé (1998) se refere a esse tipo de leitura afirmando que “[...] o prazer é algo absolutamente pessoal, e cada um sabe como o obtém. Assim, talvez a única coisa a ressaltar neste caso é que a leitura é uma questão pessoal, que só pode estar sujeita a si mesma”.

Ainda que se concorde com a afirmação feita pela a autora citada acima, não se pode perder de vista que o aluno vai se relacionar com a leitura dependendo das experiências propostas em sala de aula, o que quer dizer que o professor tem um peso muito grande na formação desse futuro leitor.

Vivemos em um atual contexto que, embora nos deparemos com os mais variados escritos no nosso dia a dia, é, na maioria das vezes, na escola, que os alunos são solicitados a fazer assimilação da leitura com o objetivo de exercer funções práticas nas suas vidas. Além disso, eles, geralmente, não têm, no seu professor, uma referência de pessoa quer lê, o que é muito comum entre os docentes, os quais justificam essa falta de leitura por conta de diferentes motivos, ou seja, muitas vezes, aquele que está incumbido da função de despertar o desejo aprender, ensinar esta prática, na maioria dos casos, não vivencia essa atividade. Solé (1998) já chama atenção para a importância do

modo como o professor é visto pelo aluno e como este pode ser influenciado pelo hábito de leitura daquele:

[...] a motivação está intimamente relacionada às relações afetivas que os alunos possam ir estabelecendo com a língua escrita. Esta deveria ser mimada na escola, e mimados os conhecimentos e progressos das crianças em torno dela. Ainda que muitas vezes se preste atenção à presença e funcionalidade do aspecto escrito na sala de aula, gostaria de insistir de novo em que esta vinculação positiva se estabelece principalmente quando o aluno vê que seus professores, em geral as pessoas importantes para ele, valorizam, usam e desfrutam da leitura e da escrita e, naturalmente, quando ele mesmo pode desfrutar com a aprendizagem e domínio (SOLÉ, 1998, p. 92).

Com base no pensamento da autora supramencionada, podemos perceber que, dentre os inúmeros problemas detectados, atualmente, em classes escolares no que tange à prática da leitura, são fatores decorrentes da própria sala de aula, o desestímulo do professor, a falta de leitura na família etc., que fazem com que as crianças, quase sempre, não tenham referência em alguém que lê, para, assim, despertar, também, o interesse e, sobretudo, a vivência da leitura diária, a fim de terem, *a posteriori*, maior representatividade em meio à sociedade que, como se sabe, privilegia aqueles que tem acesso e fluência na modalidade escrita da língua, que têm domínio da leitura e a utilizam cotidianamente.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A apropriação do domínio da escrita pelo homem o coloca na condição de sujeito agente tanto de suas ações, como também das ações tomadas por outros que, por sermos seres sociais, ou seja, por vivermos em coletividade, uma decisão tomada por uma única pessoa interfere na vida de toda uma sociedade. Não obstante, para que o indivíduo chegue a esse nível de desenvolvimento, ele, necessariamente, passa por etapas, sendo a escolarização o principal deles.

Foi partindo da realidade apresentada – o baixo nível de compreensão dos alunos em relação à leitura e a dificuldade por eles apresentada no que diz respeito ao assunto –

é que objetivamos, através dos teóricos pesquisados, propor discussões e debates relacionados ao tema.

Por meio das leituras realizadas nos teóricos já mencionados, pudemos compreender, de forma mais clara, que o domínio da prática leitora é, sem dúvida, o meio pelo qual o sujeito aprendiz se tornará capaz de progredir na construção do seu conhecimento, sobretudo de forma a ser sujeito ativo, participativo e consciente de seus atos.

No entanto, nem sempre o processo de orientação para a aquisição da leitura é praticado de forma eficiente, comprometendo, assim, a aprendizagem do aluno e, ainda pior, tirando dele o direito de interagir com o mundo através dos diversos escritos, colaborando, dessa maneira, na construção de um sujeito passivo.

O Brasil, como se sabe e afirmam os estudiosos do assunto, não constituiu, historicamente, como preocupação governamental, pensar em uma educação que emancipasse os seus homens e desse a eles autonomia; pelo contrário, ainda hoje existem tantos governantes, como também alguns professores, que “trabalham” na perspectiva de manter o homem refém da própria ignorância, privando-lhes da sua própria consciência e poder de ação.

A leitura, seja ela escrita, fala ouvida, desenvolve funções essenciais na vida de qualquer ser humano. Analisando a leitura nessas três modalidades, percebemos que não há quem não faça uso de uma delas. Cada um vai utilizá-la conforme lhe for mais conveniente ou em conformidade com o que lhe for exigido.

É por esses e outros fatores que se deve dar à leitura uma atenção especial, em virtude de sabermos que fazer isso é preocupar-se com sua aquisição de forma crítica, a fim de que os sujeitos leitores possam utilizá-la nas suas práticas sociais de forma autônoma e consciente.

## **REFERÊNCIAS**

CAGLIARI, L. C. **Alfabetização e Linguística**. São Paulo: Scipione, 1996.

GERALDI, JOÃO W. **Prática de leitura na escola**. São Paulo: Ática, 2006.

SOLÉ, I. **Estratégias de Leitura**. Porto Alegre: ARTMED, 1998.

ZILBERMAN, R. **A leitura e o ensino da literatura**. São Paulo: Contexto, 1988.

\_\_\_\_\_; SILVA, E. T. **Leitura: Perspectivas interdisciplinaridades**. São Paulo: Ática, 1988.